



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E SOCIEDADE

SIMONE FERREIRA NAVES ANGELIN

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MEDIADORA DA
INFORMAÇÃO NO PROJETO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NA
ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO JURUTI/PARÁ**

São Paulo
2010

SIMONE FERREIRA NAVES ANGELIN

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MEDIADORA DA
INFORMAÇÃO NO PROJETO DE ARQUEOLOGIA PREVENTIVA NA
ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PROJETO JURUTI/PARÁ**

Monografia apresentado ao Curso de
Arqueologia, História e Sociedade,
como requisito parcial para obtenção do
título de especialista.

São Paulo
2010

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO
2 JUSTIFICATIVA DO TEMA E DO OBJETO DE PESQUISA
3 PROBLEMA DE PESQUISA
4 OBJETIVOS
4.1 Objetivo Geral
4.2 Objetivos Específicos
5 METODOLOGIA
6. REFERENCIAL TEÓRICO
6.1 Análise Conceitual de Patrimônio
6.2 Reflexão Acerca da Ideia de Educação Patrimonial
6.3 Educação como Processo de Mediação
7 Educação Patrimonial na Prática: Um Olhar Analítico sobre as Ações Desenvolvidas em Juruti/PA
7.1 Apresentação das Ações Desenvolvidas no Programa de Educação Patrimonial
7.1.1 Ações sociais
7.1.2 Ações educativas
7.1.3 Ações culturais
CONSIDERAÇÕES FINAIS
REFERÊNCIAS

1 INTRODUÇÃO

De acordo com as Portarias do SPHAN 07/1988 e do IPHAN 230/2002, bem como a bibliografia especializada, na realização de todo e qualquer estudo arqueológico, seja por universidades ou por empresas de consultorias científicas, é imprescindível que a instituição de pesquisa desenvolva programas voltados para a Educação Patrimonial com a comunidade local. Tais programas podem ser desenvolvidos de formas variadas, utilizando-se, para isso, de diversos artifícios com o objetivo de atrair a comunidade local, buscando a sua interação e despertando o seu interesse para a importância da preservação do patrimônio cultural e da memória social de uma Nação. Assim, a Educação Patrimonial constitui-se numa forma de divulgar a importância do patrimônio, da sua valorização e de enriquecer o conhecimento da comunidade em questão, fazendo com que essa se torne parceira na causa, ajudando a preservar sua herança cultural.

Neste processo, entende-se que a instituição de pesquisa não só promove a Educação Patrimonial, mas age como uma mediadora da informação, ao permitir que a comunidade aproprie-se da informação e, conseqüentemente, a transforme em conhecimento. A instituição, neste sentido, ao promover a Educação Patrimonial, estará constantemente, intervindo, creia-se que, positivamente, no universo das pessoas que compõem a comunidade local onde está sendo realizado o resgate arqueológico. Isso ocorre porque ela fornece informação à comunidade e, a partir disso, os indivíduos, ao apropriar e assimilar a informação, conseqüentemente, terão a oportunidade de transformá-la em conhecimento. Neste sentido, a instituição, agindo como mediadora da informação, estará também promovendo o conhecimento e, assim, transformando a realidade das pessoas, ao passo que possibilita mudança na visão delas em relação ao patrimônio ali resgatado.

Deste modo, torna-se importante neste estudo compreender como é mediada a informação em decorrência do trabalho arqueológico que está sendo realizado em Juruti pela Scientia Consultoria e como vem sendo desenvolvido o Programa de Educação Patrimonial nessa área de intervenção

do Projeto de Arqueologia Preventiva, programa esse que visa promover a valoração do patrimônio histórico cultural, bem como a transformação da realidade da comunidade local ali existente.

Diante disso, o objetivo deste estudo consiste em compreender como é desenvolvido o Programa de Educação Patrimonial inserido no Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará desenvolvido pela Scientia Consultoria junto à comunidade local, na busca da efetiva construção de conhecimento e transformação da realidade e visão de mundo acerca do patrimônio dessa comunidade.

Para atingir nosso objetivo, o estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica, onde foram levantadas variadas fontes para a verificação do estado-da-arte no respectivo assunto de interesse. Em seguida, através de um estudo de caso, trabalhamos com análise do relatório de ações que foram desenvolvidas ao longo do segundo semestre de 2009 pela equipe do Programa de Educação Patrimonial da Scientia junto à comunidade local. Essa análise se fez necessária, pois permitiu averiguar se de fato a equipe deste programa tem um total envolvimento com a comunidade e se ela tem mediado à informação acerca do patrimônio visando à construção do conhecimento, mudança de realidade e valoração do patrimônio.

O presente trabalho está dividido em duas partes: na primeira parte realizamos um levantamento bibliográfico, onde foi possível averiguar o estado-da-arte referente à temática em questão. Fizemos uma extensa conceituação acerca das formas variadas de patrimônio e de sua significância e importância para cada indivíduo e, também, para a sociedade no geral. Foi levantado também o conceito de Educação Patrimonial, a importância da realização das ações de Educação Patrimonial para a promoção e valoração do patrimônio, da memória cultural, da identidade de um povo, para que tudo que seja importante para uma dada sociedade não seja perdido, mas, sim, resgatado e mediado para todos que fazem parte de um determinado contexto. Entendemos que essa é a forma de manter viva a memória de um povo que um dia também fez parte daquele contexto. Foi importante também a conceituação de educação e mediação, pois a educação deve ser compreendida de uma forma abrangente, não apenas como aquela forma de educar tradicional, encontrada nas

instituições com esta finalidade, como as escolas. Educar vai além dos muros das escolas; é uma prática em que todos os envolvidos devem participar, visando à construção de conhecimento; todos estão em permanente construção de conhecimento, é um ciclo que não tem fim, que perpassa por toda a existência humana. É a única maneira de nos tornamos cidadãos plenos e conscientes de nossos direitos e deveres. É através da educação, também, que podemos lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. O ato de educar está intrinsecamente relacionado com o processo de mediação, pois quando o educador desempenha seu papel, ele se encontra em constante processo de mediação, onde mediar à informação significa interferência na realidade dos envolvidos, visando à construção de conhecimento.

Na segunda parte, foi realizada uma análise do relatório das ações do Programa de Educação Patrimonial desenvolvidas no segundo semestre de 2009. A análise teve como finalidade maior a verificação do envolvimento da equipe desenvolvedora do Programa em mediar à informação com a comunidade local, visando à construção de conhecimento referente ao patrimônio daquele lugar.

2 JUSTIFICATIVA DO TEMA E DO OBJETO DE PESQUISA

O interesse pela temática em discussão surgiu em decorrência da necessidade de analisar de que maneira a mediação da informação é promovida na Educação Patrimonial. Entendendo essa mediação como a interferência no universo das pessoas envolvidas, a Educação Patrimonial deve ser desenvolvida com o intuito de mudar a realidade das pessoas que fazem parte de uma determinada comunidade, bem como fazer com que elas possam refletir sobre seu patrimônio, sobre a importância de preservá-lo, para melhor compreender a sua cultura, sendo também parceira, contribuindo com sua preservação. Deste modo, a Educação Patrimonial, neste estudo, não deve ser estudada como uma simples transferência de informação, mas como a possibilidade da comunidade participar do projeto como autora, e não como mera espectadora recebendo a informação que lhe é passada.

Diante disso, analisamos os mecanismos e estratégias empregados no Programa de Educação Patrimonial inserido no Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará desenvolvido pela Scientia Consultoria junto à comunidade local. A justificativa da Scientia como objeto de estudo se dá por diversas razões. A Scientia é uma empresa especializada em Arqueologia Consultiva, que ao longo de seus 20 anos de atuação tem se estruturado progressivamente, se tornando uma empresa sólida e respeitável. Como pode ser observado, de acordo com Caldarelli (2009, p. 9)

Para fazer face aos desafios de montar uma organização sólida que permitisse fazer pesquisa arqueológica em grandes empreendimentos, junto a grandes clientes, com a necessária qualidade e os pré-requisitos exigidos (como normas de segurança ocupacional, profissionais com contratos assinados e os benefícios sociais previstos na Lei), a Scientia foi-se organizando ao longo dos anos.

Um diferencial a ser notado claramente na parte estrutural é o grande investimento na área informacional: a empresa se encontra em constante atualização de seu acervo, possibilitando a aquisição de todo o

material informacional necessário aos seus envolvidos, de acordo com a citação abaixo:

A Scientia conta hoje com uma biblioteca com cerca de 9.000 títulos (em português, francês, espanhol e inglês), todos voltados às suas áreas de atuação, que podem ser consultados por seus funcionários. A biblioteca é gerida por bibliotecário formado, com o apoio de um auxiliar técnico (CALDARELLI, 2009, p. 13).

Atualmente, a Scientia conta com a sede em São Paulo e quatro outras unidades, sendo uma em São Paulo, Belo Horizonte, Belém e Florianópolis respectivamente, além de alguns parceiros e escritórios regionais instalados pelo Brasil.

É importante enfatizar que a Scientia Consultoria Científica em todos os seus projetos arqueológicos promove programas de Educação Patrimonial junto às comunidades locais e, para isso, conta com uma equipe de sete profissionais-pesquisadores, que estão diretamente relacionados com a Educação Patrimonial (CALDARELLI, 2009). Resta-nos saber de que maneira a instituição vem promovendo a Educação Patrimonial junto às comunidades e de que forma vêm exercendo o seu papel de mediadora da informação.

3 PROBLEMA DE PESQUISA

Ao se trabalhar com as temáticas “Educação Patrimonial” e “Mediação da Informação” estamos interessados em compreender de que maneira é mediada a informação que surge em decorrência de trabalhos arqueológicos e como se desenvolve a Educação Patrimonial nos locais onde se realizam os estudos, promovendo, assim, a transformação da realidade da comunidade local ali. A Educação Patrimonial ocorrerá em maior ou menor grau, em função da dimensão temporal do projeto arqueológico que suporte a atividade educativa. Diante disso, o problema central desta pesquisa é entender: quais são os mecanismos e estratégias utilizados pela empresa Scientia Consultoria Científica na realização de seus projetos de resgate arqueológico, voltados para o desenvolvimento da Educação Patrimonial junto às comunidades locais, possibilitando a estas a apropriação da informação e sua transformação em conhecimento?

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

Compreender quais são os mecanismos e estratégias empregados no Programa de Educação Patrimonial inserido no Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará desenvolvido pela Scientia Consultoria junto à comunidade local, na busca da efetiva construção de conhecimento e transformação da realidade e visão de mundo acerca do patrimônio dessa comunidade.

4.2 Objetivos Específicos

- Compreender como é desenvolvido o Programa de Educação Patrimonial no Projeto Juruti/Pará;
- Discutir as ações desenvolvidas no Programa voltadas para a Educação Patrimonial junto a comunidade local;
- Entender como a equipe da Scientia Consultoria Científica promove a Mediação voltada para a construção de conhecimento no Programa de Educação Patrimonial Juruti/Pará acerca do patrimônio local;
- Detectar na literatura da área, como são analisadas, entendidas, assimiladas a prática da Educação patrimonial.

5 METODOLOGIA

Para a efetivação deste estudo, tornou-se imprescindível à articulação de técnicas e métodos de pesquisa fundamentais ao desenvolvimento de uma investigação científica (BERICAT, 1998). Ou seja, para que possamos atingir satisfatoriamente os objetivos propostos neste projeto, trabalhamos com a integração de alguns métodos e técnicas de pesquisa disponíveis nas ciências humanas e indispensáveis para uma investigação científica deste caráter.

Deste modo, tencionando adquirir um conhecimento teórico mais profundo sobre a temática em questão, primeiramente trabalharemos com a pesquisa bibliográfica, onde foram levantadas variadas fontes informacionais para verificação do estado-da-arte no respectivo assunto de interesse. De acordo com Fachin (2005, p. 120):

Entende-se por pesquisa bibliográfica, em termos genéricos, é um conjunto de conhecimentos reunidos em obras de toda natureza. Tem como finalidade conduzir o leitor à pesquisa de determinado assunto, proporcionando o saber. Ela se fundamenta em vários procedimentos metodológicos, desde a leitura até como selecionar, fichar, organizar, arquivar, resumir o texto, ela é base para as demais pesquisas.

É de suma importância esse tipo de pesquisa, pois, segundo Fachin, constitui a base para qualquer estudo, já que não há a possibilidade de realizar um estudo sem que antes se examine o que existe de material publicado, veiculado sobre o assunto de interesse, para dessa forma, dar respaldo ao objeto de estudo. Diante disso, foram realizados diálogos com autores que discutem as temáticas Patrimônio, Educação Patrimonial e Mediação da Informação, sempre as relacionando.

Posteriormente foram analisadas as atividades de Educação Patrimonial que estão inseridas no Programa de Educação Patrimonial do Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará desenvolvido pela Scientia Consultoria. É importante afirmar que já

foram entregues anteriormente três relatórios parciais ao IPHAN, Contudo, foi foco deste estudo apenas a análise do relatório referente às atividades de Educação Patrimonial que foram desenvolvidos ao longo do segundo semestre (jul./dez) de 2009.

Procuramos através dessa metodologia compreender os mecanismos e estratégias empregados no Programa de Educação Patrimonial inserido no Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará desenvolvido pela Scientia Consultoria junto à comunidade local, na busca da efetiva construção de conhecimento e transformação da realidade e visão de mundo acerca do patrimônio dessa comunidade.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

Como já ressaltado, estamos interessados, com a realização deste estudo, em compreender os mecanismos e estratégias empregados no Programa de Educação Patrimonial inserido no Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará desenvolvido pela Scientia Consultoria junto à comunidade local, para a promoção da efetiva construção de conhecimento e transformação da realidade e visão acerca do patrimônio dos indivíduos que compõem a comunidade. Para tanto, se faz necessário discutir a ideia de “Educação Patrimonial” e “Mediação da Informação”, conceitos-chave para o desenvolvimento da pesquisa.

6.1 Análise Conceitual de Patrimônio

Antes de iniciarmos a discussão acerca do tema central propriamente dito, é importante conceituarmos Patrimônio.

A palavra patrimônio é uma palavra de origem latina (*patrimonium*), cujo significado entre os romanos antigos era tudo que “pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família”. (FUNARI, 2006, p.10). O significado de família para os romanos era outro. Para eles, a família era tudo o que estava sob o domínio do senhor, desde os filhos, a mulher, o escravo, bem como os móveis, imóveis e, também, os animais. O conjunto de pessoas, animais e objetos formava o *patrimonium*, aquele que poderia ser legado por testamento.

Não havia na sociedade romana antiga um conceito de patrimônio público. Assim, o conceito de patrimônio abrangia apenas a esfera privada, onde “o patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana”. (FUNARI, 2006, p. 11). A maioria da população não possuía escravos e outros bens.

O conceito de patrimônio, como é conhecido hoje, só foi alterado com a criação do Estado Nacional Moderno na França, isto é, com a Revolução

Francesa. A partir deste momento, os fundamentos do Antigo Reino foram destruídos. Como pode ser observado de acordo com Funari:

A República criava a igualdade, refletida na cidadania dos homens adultos. E precisava criar os cidadãos, fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns (2006, p. 15).

Com o surgimento dos Estados Nacionais, onde os cidadãos foram inventados (pessoas com uma mesma língua, cultura, origem e território), foi possível o surgimento do novo conceito de patrimônio, não mais aquele limitado apenas ao âmbito privado, mas um novo conceito que abrangia todo um povo, com uma mesma língua, cultura, etc.

No Brasil, a discussão sobre patrimônio só começa a ganhar força no início da República, momento em que surgem novos grupos sociais com o crescimento das cidades, possibilitando uma mudança na estrutura produtiva que antes era somente agrária. Assim, a elite agrária dá lugar a uma nova elite. Além disso, com o movimento modernista, novas discussões começam a surgir, uma delas com relação à identidade nacional, que traz em seu bojo a preocupação com o patrimônio histórico. Em decorrência, Mário de Andrade, juntamente com o advogado Rodrigo de Melo Franco de Andrade, fundam o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Como salienta D'Oswaldo (2008, p. 44):

Limitações de ordem política e financeira impediram a realização desse projeto (que seria caracterizado por uma radical investida no inventário artístico e cultural de todo o país), restringindo as atribuições do instituto, fundado em 1937, à preservação de sítios e objetos históricos relacionados a fatos políticos, econômicos, históricos e ao legado religioso no país.

É possível observar que a preservação do patrimônio no Brasil em seus primórdios estava muito restrita a determinados objetos e sítios que possuíam significância política, econômica, histórica e religiosa.

Patrimônio para Rodrigues apud Silva (2007, p. 37):

Originalmente esteve relacionada à herança familiar, mais diretamente aos bens materiais. No séc.XVIII, quando, na França, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, o uso do “patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação.

Quando se fala em patrimônio, a primeira ideia que vem a cabeça de um indivíduo, de forma geral, é aquela de bens que são transmitidos aos herdeiros, geralmente bens materiais, como casa, carro, com certo valor monetário. No entanto, existem também aqueles bens materiais que não possuem apenas valor comercial, mas, sim, um valor emocional que terá maior significância. Podemos citar, como exemplo, a fotografia de um ente ou um livro autografado. Funari salienta que “tudo isso pode ser mencionado em um testamento e constitui o patrimônio de um indivíduo” (2006, p. 8).

Analisando o patrimônio como os bens de família que se transmitem através da herança paterna, o patrimônio pode ser investigado através de uma ótica “que como nação compomos uma grande família, de quem herdamos tudo o que temos à nossa volta e que vamos deixar aos nossos descendentes. Sejam objetos sólidos (tangíveis) ou abstratos (intangíveis, como o saber, o fazer, o conhecimento transmitido de geração em geração. (PIMENTEL; BAUMEL, 2007, p. 9).

De acordo com Pohl (2005), Patrimônio é um conjunto de bens, objetos com valor sentimental a um indivíduo. Em vários momentos da vida de uma pessoa ou grupo, surgem bens que se tornam preciosos e a perda ou degradação desses bens poderá acarretar o empobrecimento das recordações desta pessoa ou grupo.

Pimentel e Baumel (2007, p.10) divide o patrimônio em três categorias, a saber:

1. Patrimônio natural: aqueles elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. Podem ser citados como exemplo as cachoeiras, os rios, as matas, os animais, etc.

2. O saber e o fazer: para o autor é todo conhecimento do homem aplicado no meio em que se encontra inserido. São enquadrados neste tipo de patrimônio todas as técnicas que envolvam o conhecimento humano, como: o polir a pedra, o cortar uma árvore, transformá-la em outro objeto e, ainda, se enquadram nesta classificação de patrimônio, os usos e costumes, as crenças, as festas e a religiosidade, o denominado patrimônio imaterial.

3. Por fim, os objetos, última categoria definida pelo autor, se encontram neste grupo os bens tangíveis, sólidos, resultantes do saber fazer. Podem ser citados como exemplo os edifícios, os artefatos em geral, os sítios arqueológicos, a documentação histórica escrita, a fotografia, os objetos de artes etc.

Varine-Boham (LEMOS apud SOARES, 2003, p. 20-1) também divide o patrimônio cultural em três categorias:

a) aqueles pertinentes à natureza (clima, vegetação, acidentes geográficos); b) aqueles pertencentes às técnicas (o saber fazer) e c) aqueles pertencentes aos artefatos (aquilo que é construído pelo homem com a natureza e o saber fazer) que, então, torna-se a própria construção do homem utilizando o seu entorno para adequá-lo à sua necessidade através da cultura.

Importante afirmar que o Patrimônio Cultural Brasileiro não está restrito apenas aos monumentos, objetos, centros históricos, como explanado linhas acima, mas existe também o patrimônio vivo. Horta, Gruberg e Monteiro (1999, p. 6) salientam que:

Existem outras formas de expressão de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade brasileira: artesanatos, maneiras de pescar, plantar, caçar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, a culinária, as danças e músicas, os modos de vestir, falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, revelam como os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente de uma comunidade.

Ainda analisando o Patrimônio Cultural de uma forma abrangente, como a exposta acima, não restrita apenas aos monumentos ou obras

grandiosas, Machado, Haigert e Possel (2003, p. 44-5) também fazem uma conceituação muito elucidativa:

Quando falamos sobre Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas etc. Esta é a visão do censo comum, porém a idéia de Patrimônio é bem mais ampla, inclui vários aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestações socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui patrimônio.

O Patrimônio pode ser resultado do trabalho braçal do homem. Este é denominado Patrimônio Material, podendo ser melhor exemplificando através dos monumentos, das igrejas, etc. Além do Patrimônio Material, existe também o chamado Patrimônio Imaterial, podendo ser mais bem definido nas palavras de Pohl (2005, p. 65): “[...] existem também outros tipos de bens, tais como a linguagem, as produções artísticas, danças, jogos, canções, tradições, que não fazem parte da cultura material; foram então chamados de patrimônio imaterial”.

Ainda de acordo com Gonçalves apud Silva (2007, p. 37)

No contexto brasileiro, os conceitos de patrimônio cultural têm variado em termos diacrônicos e sincrônicos. Desde a década de 1930, com a criação do IPHAN, até fins de 1970, o conceito oficial que norteou a política brasileira de patrimônio restringia-se aos chamados monumentos arquitetônicos e obras de arte erudita associados ao passado brasileiro. Desde fins dos anos de 1970, principalmente com a criação do Pró-Memória, a categoria patrimônio expandiu-se e veio incluir não somente monumentos arquitetônicos, obras de arte erudita, mas também documentos, antigas tecnologias, artesanato, festas, material etnográfico, várias formas de arquitetura e arte popular, religiões populares etc.

A Constituição Federal brasileira de 1988 dedicou à seção II da cultura para definir patrimônio cultural brasileiro em seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL).

Anteriormente à Constituição brasileira, já existia algum respaldo legal com relação à proteção do patrimônio, como por exemplo, o Decreto-lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que tinha como objetivo primário a preservação do patrimônio “como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável do que tenham sido dotados pela natureza ou agenciado pela indústria humana.” (SOARES, 2003, p. 19).

Esse decreto é considerado o primeiro, não só do Brasil, como da América Latina, a tratar do patrimônio,

delimitou esferas de atuação, critérios de tombamento, estabeleceu os direitos individuais de propriedade sobre os bens móveis e imóveis, mesmo que de forma autoritária, devido à forma de governo da época, inovou, no sentido de preservação do Patrimônio Cultural, por ter dado ênfase à proteção dos bens imateriais. (D’OSVUALDO, 2008, p. 49)

Em 1961 é decretada a Lei n. 3.924, de 26 de julho de 1961, que vem para respaldar a guarda e proteção dos bens arqueológicos. Todos os monumentos arqueológicos ou pré-históricos e todos os elementos que neles

se encontram constituem responsabilidade do Poder Público pela sua guarda e proteção.

Soares (2003, p. 8) conceitua Patrimônio Cultural “[...] como o conjunto de bens de ordem material e imaterial que fazem parte da identidade e da memória dos diferentes grupos sociais que formam a sociedade nacional.”

De acordo com a afirmação acima, fica claro a amplitude da definição, não se restringindo a determinados tipos de patrimônios, muito menos a certos grupos de uma sociedade. Assim, o patrimônio deve agregar todos que fazem parte de uma determinada sociedade, pois eles constituem a memória desse povo, sua história.

Até alguns anos atrás, se percebia no Brasil a valoração dos monumentos, das obras grandiosas, onde a história deste país era contada através dos grandes heróis e vencedores. Por outro lado, uma outra história ficava escondida, perdida, e junto se esvaia a memória do povo diretamente envolvido nesse ambiente. Um bom exemplo desse fato são as comunidades quilombolas, tão pouco conhecidas até pouco tempo. Felizmente, hoje se observa ações variadas para a preservação e valoração desse povo que tanto contribui para formação da identidade nacional. Soares (2003, p. 22) salienta que:

A conservação do patrimônio e sua definição ainda estão longe de serem esclarecidas, mantendo-se o véu de ignorância quanto à diferença entre o grande e o grandioso, valorizando-se as obras e as construções das classes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das obras das classes populares e suas construções materiais, assim, fica prejudicado o conhecimento e as manifestações de inúmeros patrimônios.

A supervalorização pelas “coisas’ grandiosas e o descaso para com o patrimônio que não representa a elite dominante da sociedade, são muito perigosos, podendo acarretar na perda da memória e identidade cultural da Nação, pois, o Brasil não é formado apenas por uma elite. Na verdade, essa é a minoria que não representa, de fato, a real identidade do Brasil. É importante se atentar para o fato de que todos os tipos de manifestações devem ter sua devida atenção, pois é o conjunto de diversidade cultural que forma a identidade cultural do Brasil.

Soares (2003, p. 8) demonstra muito bem essa situação ao afirmar que “[...] durante muitos anos no Brasil, se preservou a casa-grande, as igrejas barrocas e os fortes militares como referenciais para a construção de nossa identidade e relegou ao esquecimento as favelas, os bairros históricos e os demais bens imateriais.” Por isso, deve-se preservar todo local, bairro ou cidade, indiferente de sua localização ou grupo que se encontra inserido nesse local, pois todos possuem uma memória, “lembranças importantes para os moradores do local. Trata-se de uma estrutura física, mas dotada de história e alma. Os prédios públicos, museus, monumentos e toda a natureza que nos cerca, ruas, árvores, rios são parte integrante de nossa trajetória” (VOLKMER, 2005, p. 30-1).

O conceito da palavra preservação abarca uma série de ações, como pode ser observado de acordo com Lemos (2006, p. 29):

[...] Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer também levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados.

A preservação do patrimônio em um país como o Brasil é muito complexa e envolve variantes ínfimas que devem ser analisadas com cautela, pois, com uma diversidade cultural tão grande e com uma vasta extensão territorial, se faz necessárias ações efetivas que se volta para a valoração de todo o patrimônio, para que não se perca a memória coletiva e identidade cultural de um povo.

No entanto, os interesses em se preservar o patrimônio de uma Nação não são permanentes e não abrange toda uma sociedade, apesar de que nos últimos anos o Estado tem se preocupado um pouco mais com a memória coletiva de sua Nação. Contudo, tais ações não devem ser tímidas e devem abranger todos os grupos sociais envolvidos.

Lemos (2006, p. 21) elucida muito bem esse fato ao afirmar que:

[...] o Patrimônio Cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentes

alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse.

Ainda com relação a preservação do patrimônio, a Educação Patrimonial, foco principal do trabalho que será melhor explorado no próximo tópico, é uma grande aliada da Preservação do Patrimônio, como pode ser observado de acordo com Machado, Haigert, Possel (2003, p. 47)

Na questão da preservação, a Educação Patrimonial tem papel fundamental, pois surge como uma nova maneira de encarar o mundo que nos rodeia, com uma nova forma de observar as diversidades de cada região e manter viva a tradição de cada local. É por meio dela que a comunidade toma conhecimento do potencial natural, histórico e cultural que possui seu município. Sendo inserida nos currículos escolares, vai ao encontro de quem tem maior potencial para adquirir e, futuramente, transmitir essas noções de preservação e manutenção da sua cultura.

Outra forma de ver o patrimônio é através das experiências que uma pessoa acumula ao longo de sua vida, através de suas interações com o mundo exterior. Esse acúmulo de experiências pode ser nominado como patrimônio. Como pode ser melhor exemplificado por Volkmer (2005, p. 27-8)

Somos seres históricos, e tudo que fizemos neste momento é decorrente de um mundo de experiências, conselhos, conversas e leituras que acumulamos ao longo de cada dia. [...] O mais incrível é que nossa vivência não nos permite “deletar” certas ações, mas acumular experiências a cada novo dia. É o acúmulo dessas experiências que constituem o que podemos chamar de patrimônio.

Além do acúmulo de experiências que irá definir o significado de patrimônio para uma pessoa ou grupo, outro fator muito importante deve ser levando em consideração:

o valor que os seres humanos, tanto no plano individual como coletivamente, atribuem ao legado do passado, que vai determinar o que se tornará importante para ser lembrado. Nesse sentido, um dos elementos fundamentais do patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma

identidade social. Sendo os símbolos um veículo privilegiado de transmissão cultural, é por meio deles que o indivíduo mantém os vínculos com o passado. (POHL, 2005, p. 67).

Observamos, portanto, que o conceito de Patrimônio hoje é muito abrangente. Ao analisar a significação do termo patrimônio, desde o seu surgimento, até os dias atuais, percebemos que houve uma grande evolução em sua significância. Entendemos que seja muito importante que as pessoas compreendam o significado do termo patrimônio, bem como seu valor, para que, dessa forma, elas possam melhor preservá-lo.

6.2 Reflexão Acerca da Ideia de Educação Patrimonial

É certo que todo patrimônio deve ser preservado e valorado e, para tanto, são necessárias ações concretas no campo da Educação Patrimonial. Para melhor evidência dessa afirmativa, de acordo com a Portaria 230 de 17 de dezembro de 2002, que trata dos procedimentos para obtenção das licenças ambientais referentes à apreciação das pesquisas arqueológicas, o IPHAN dispõe no artigo sexto, inciso sétimo, que na realização de todo e qualquer estudo arqueológico, é imprescindível o desenvolvimento de programas voltados para a Educação Patrimonial com a comunidade local.

Essa portaria evidencia a importância do desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial junto a comunidade envolvida. Para Silva (2007, p. 43) essa portaria “vem reforçar a sistematização de estratégias de preservação e gestão do patrimônio num trabalho conjunto entre arqueólogos, suas pesquisas nos sítios e a comunidade, através da elaboração e execução de programas de educação patrimonial.”

Para Viana apud Silva (2007, p. 43) “[...] qualquer empreendimento econômico que vise exploração do patrimônio arqueológico só se sustentará se a comunidade envolvida tiver compreensão do que está sendo exposto, pois ela será seu maior divulgador, bem como a guardiã deste patrimônio.”

Essa afirmativa confirma a importância do envolvimento da comunidade para que possa haver uma real compreensão e preservação do seu patrimônio. Todos os cidadãos, juntamente com o Estado, têm um papel muito importante a desempenhar em prol da preservação, valorização e difusão de seu patrimônio.

Ainda com relação à Educação Patrimonial, a SPHAN com a Portaria 07 de 01 de dezembro de 1988 em seu artigo sexto parágrafo único diz que “A decisão considerará os critérios adotados para a valorização do sítio arqueológico e de todos os elementos que nele se encontram, assim como as alternativas de aproveitamento máximo do seu potencial científico, cultural e educacional”. (SPHAN, 1988, p. 2).

O termo Educação Patrimonial foi traduzido do inglês Heritage Education e sua difusão no Brasil começou a partir de 1983, através de discussões que se afluíram em torno da preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, em decorrência do I Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”. Este evento teve como foco a apresentação de uma proposta pedagógica que objetivava a utilização das fontes primárias como museus e monumentos como recursos didáticos nas escolas. É importante salientar que todas estas discussões tiveram como base as experiências da Inglaterra. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999; SILVA, 2007).

Foi nos museus que inicialmente surgiu a metodologia da Educação Patrimonial, que tinha como proposta o desenvolvimento de programas didáticos neles. Posteriormente, este método de ensino foi adequado para que fosse implementado nas escolas (SOARES, 2003, p. 25).

Para o IPHAN

A Educação Patrimonial visa o planejamento de ações pedagógicas, permanentes e sistemáticas, na área do patrimônio cultural enquanto fonte primária de conhecimento, junto às comunidades em geral, por meio do contato direto, para que elas possam identificar os bens culturais que possuem e auxiliem o IPHAN a preservar, proteger e gerir o patrimônio histórico em suas localidades, a partir das próprias experiências. [...] a valorização do patrimônio cultural depende, necessariamente, de seu conhecimento. E a preservação sustentável, do orgulho que o povo possui da própria identidade e cidadania. (2010).

A Educação Patrimonial, em linhas gerais, pode ser entendida como o trabalho educacional voltado para o patrimônio cultural, contribuindo para o enriquecimento do conhecimento das pessoas envolvidas. Através desse processo educativo, é mostrada à população a importância da valorização de seu patrimônio, sua herança, como pode ser notado de acordo com Horta, Gruberg e Monteiro (1999, p. 6):

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

A Educação Patrimonial tem como objetivo buscar a conscientização dos sujeitos envolvidos em busca da valoração e preservação de sua identidade e memória cultural. De acordo com Soares (2003, p. 24):

Educação Patrimonial é um programa que busca a conscientização das comunidades acerca da importância da criação, da valorização e da preservação dos patrimônios locais. Essa conscientização é um exercício de interação da população com os patrimônios da sua região. Para uma melhor compreensão inicial, são utilizados patrimônios concretos, vestígios que possam ser tocados ou percebidos. Somente após esse procedimento, serão trabalhados os patrimônios que se apresentam de forma abstrata, como o saber popular. (grifo do autor).

A promoção da identidade cultural, a preservação de uma cultura, a valorização de um patrimônio é possível através da Educação Patrimonial, pois, conforme afirma Soares (2003, p. 25):

A melhor forma de conservar a memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da

educação, e educar para a preservação, conservação e valorização cultural é denominada de Educação Patrimonial.

Ainda a respeito da Educação Patrimonial como formadora da identidade cultural de uma pessoa, Manso apud D'Osvualdo (2008, p. 46) afirma que,

para ter sua identidade, o ser humano tem de se reconhecer naquilo que é seu e, posteriormente, preservar os patrimônios individuais que interferem em seu dia-a-dia, há a necessidade de que lhe seja solicitado que se conscientize também da necessidade de preservar o patrimônio cultural, que muitas vezes passa despercebido, apesar de sua exposição constante, quando se trata do patrimônio físico. Cabe à escola, além de outras instâncias, sensibilizar o cidadão para a consciência dos bens patrimoniais. Essa sensibilização é muito eficaz quando se concretiza durante a infância do indivíduo, que carregará consigo essa consciência do bem cultural (patrimonial) de seu lugar de origem ou vivência e por certo cuidará de sua preservação.

A atividade da Educação Patrimonial pode ser desenvolvida em qualquer manifestação cultural, podendo ir desde um sítio arqueológico até um ritual. É importante deixar claro essa flexibilidade de atuação da Educação Patrimonial e levar em consideração que ela não diz respeito apenas a monumentos, sítios históricos e arqueológicos, sendo muito mais abrangente que os exemplos acima. Conforme Horta, Gruberg e Monteiro (1999, p. 6),

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente.

A Educação Patrimonial tem por objetivo desenvolver o pensamento crítico/reflexivo entre as comunidades envolvidas, desenvolvendo atividades em que a comunidade possa participar, para que, dessa forma, compreenda a

necessidade de se preservar o patrimônio para as gerações futuras, preservando a memória social de uma nação. Seguindo essa linha de raciocínio, Soares (2003, p. 9) afirma que:

[...] as atividades desenvolvidas devem ter por intuito agir com a comunidade e não para a comunidade, fazendo com que o grupo se proponha a pensar sobre o que está sendo exposto e não apenas observar um conjunto de artefatos arqueológicos. (grifo do autor).

Pensar a Educação Patrimonial como agente de desenvolvimento do pensamento crítico/reflexivo de seu patrimônio é muito importante. É através de ações bem trabalhadas, que os sujeitos inseridos apropriarão do conhecimento e gerarão novos conhecimentos, passando de meros espectadores a atores, não apenas consumidores, mas produtores de conhecimento, podendo contribuir, de forma efetiva, na preservação e valorização de seu patrimônio.

O trabalho da Educação Patrimonial é levar os indivíduos a um processo ativo de conhecimento e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para uma melhor utilização destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, tendo assim um contínuo processo de criação cultural. A metodologia da Educação Patrimonial é a materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural. (O PROJETO DE ITAQUI apud SOARES, 2003. p. 25).

A Educação Patrimonial, por ser um conceito abrangente que engloba dois grandes temas (educação e patrimônio); não deve ser entendida apenas como a educação voltada para o patrimônio. Isso porque a Educação Patrimonial é muito mais que educar para o patrimônio, tendo em vista que:

[...] educar é um ato político que visa à formação de sujeitos críticos que utilizem o conhecimento construído na escola para lutar pelos seus direitos. Estes direitos que incluem o acesso aos bens culturais são constituintes da cidadania. Isto posto, entendo que a escola forma cidadãos e não agentes do patrimônio cultural. Então, educação patrimonial é educação. (BEZERRA apud SILVA, 2007, p. 39).

Analisando ainda a Educação Patrimonial como uma prática crítica/reflexiva que visa à formação de consciência e cidadania, Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.13) também descrevem sobre o assunto:

A Educação Patrimonial, no conceito mais amplo que vem sendo trabalhado em experiências extremamente ricas e bem sucedidas em alguns municípios do Rio Grande do Sul (Silveira Martins, Antônio Prado e Novo Hamburgo), Santa Catarina (Laguna) e Rio de Janeiro (Petrópolis), baseia-se em princípios e metodologia que visam a sensibilizar e instrumentalizar os indivíduos de uma comunidade, no universo escolar e fora dele, crianças e adultos, para o reconhecimento, a compreensão e a valorização do seu patrimônio cultural. Nesse sentido a Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma comunidade para a descoberta e identificação de seus valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e viver, de pensar e agir, a partir de suas experiências e do seu cotidiano. Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar suas atitudes em relação aos seus bens, tangíveis e intangíveis, e recuperar os sentimentos de auto-estima, auto-afirmação e cidadania.

Corsetti apud Haigert (2003, p. 38) compreende a Educação Patrimonial como possibilidade da realização de um trabalho educativo que promova o desenvolvimento crítico do conhecimento.

Enfim, podemos observar que são vários os autores que compreendem a Educação Patrimonial como a prática possível da construção de conhecimento, sendo extremamente importante que ela seja entendida dessa forma. É através de uma sociedade mais esclarecida e consciente que se pode haver mudança de paradigma.

Segundo Horta (apud MACHADO; HAIGERT; POSSEL, 2003, p. 45)

O trabalho de Educação Patrimonial pode assim ser visto, ainda, como fator de desenvolvimento intelectual e psicológico, afetivo e cognitivo, ativando os processos mentais superiores e enriquecendo a memória individual e seus mecanismos de registro e recuperação.

Compreendemos, então, que a Educação Patrimonial não deve ser vista apenas como atividade pedagógica, pois ela é muito mais do que uma metodologia. A Educação Patrimonial não deve ser apenas uma disciplina a

mais na prática educacional a ser acrescentada no currículo. De acordo com Brandão apud Silva;

[...] reconheço na Educação Patrimonial aquilo que chamo de uma vocação da educação. Não uma especialização, não um domínio especial, menos ainda, uma disciplina a mais, uma 'nova matéria' a ser lecionada, ensinada. Mas, antes uma outra vocação pedagógica, um foco de direção dentro de um campo educativo complexo [...] transdisciplinar, dialógico, aberto e interativo. (2007, p. 39).

Assim, a Educação Patrimonial é muito abrangente, detentora de um caráter interdisciplinar, capaz de se integrar as várias áreas do conhecimento humano, com objetivo de promover a valorização do patrimônio cultural e a formação humanística.

Uma das disciplinas em que a Educação Patrimonial está intrinsecamente ligada é a Arqueologia:

[...] onde as investigações são feitas em campo, em contato direto com os objetos, dando entendimento acerca dos homens e suas culturas, seus artefatos culturais, suas habitações e cercanias, permitindo conhecer o seu passado numa visão diferenciada, mais democrática, humana e desalienada da história elitizada. (SILVA, 2007, p. 41).

Com relação a prática da Arqueologia, por ser uma disciplina especializada, ela apresenta ferramentas teórico-metodológicas muito úteis no desenvolvimento de ações educativas, voltadas para o patrimônio. Essas ações ocorrem em decorrência da sensibilização no conhecimento e preservação de um patrimônio que se perde em porões e galpões de instituições (FUNARI; ZARANKIN; 2005; SILVA, 2007).

Um problema hoje encontrado na Educação Patrimonial, no Brasil, diz respeito a sua prática que, normalmente, se restringe a projetos isolados e descontínuos. A Educação Patrimonial tem que ser uma prática contínua que atinja a todas as camadas das sociedades envolvidas. Haigert (2003, p. 33) exemplifica muito bem esta questão:

A Educação Patrimonial se encontra restrita a projetos isolados, geralmente como experiências piloto com pouca continuidade e pouca profundidade temporal. Em outras palavras, existe um “vazio” a ser preenchido, no que se refere ao retorno social da universidade às comunidades, direta ou indiretamente ligadas a ela, quanto à educação e valorização da memória.

Alem disso, acreditamos que a instituição promotora da Educação Patrimonial também deve se inserir intensamente nesse processo junto à comunidade, agindo, dessa forma, como uma verdadeira “mediadora. Por isso, cabe neste momento, entendermos mais detalhadamente a idéia de Mediação e a sua relação com o processo educativo.

6.3 Educação como Processo de Mediação

O educador no desempenho do seu papel social se encontra num constante processo de mediação, onde ele é o agente responsável pela construção do conhecimento dos sujeitos envolvidos.

A mediação da informação, no senso comum, é entendida como ponte, servindo apenas como elo de ligação entre o emissor e o receptor, não havendo interferência. Contudo, de acordo com Almeida Júnior (2008, p. 3)

A imagem da ponte parece-nos inapropriada, em especial porque apresenta a idéia de algo estático, que leva alguma coisa de um ponto a outro ponto – sendo estes predeterminados e fixos – e que não interfere no trajeto, no modo de caminhar e no final do percurso.

Ainda de acordo com Naves e Almeida Junior (2004), a mediação da informação comumente é vista apenas como a simples transferência de informação, disseminação de informação ou distribuição da informação. A mediação deve ser compreendida para além disso, como transformadora da realidade, o que diretamente exige uma interferência. Neste sentido, “Mediação da Informação é toda ação de interferência, direta ou indireta; consciente ou

inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação...” (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 6).

Ou seja, nas vozes de Naves e Almeida Júnior, na mediação da informação, o mediador estará constantemente interferindo no universo das pessoas, tendo papel fundamental ao mediar a informação, isto é, o de transformar o conhecimento de seu receptor, e isso só será possível com a apropriação da informação, ao passo que essa informação será transformada em conhecimento.

Mas como se pode afirmar que houve apropriação da informação? Apenas o receptor poderá responder a essa incógnita. Observa-se de acordo com Almeida Júnior (2004, p. 10)

A informação [...] só pode ser considerada como tal quando a pessoa que a recebe a assimila, a entende e, principalmente, quando se apropria dela. A informação deve, necessariamente, modificar, transformar o conhecimento pré-existente de alguém e somente assim deverá ser ela entendida como informação. Ora, apenas a pessoa que recebe essa informação poderá afirmar - ainda assim com possibilidades de falsas interpretações - que dela se apropriou e que, de alguma forma, foi ela causa da transformação de seu conhecimento.

A mediação deve ser vista como fator-chave no processo educativo, pois é através desta mediação que os sujeitos envolvidos poderão construir seu conhecimento, mudando sua realidade e podendo, desta forma, desempenhar o papel de cidadão inserido em uma sociedade.

Mas, afinal, o que é educação? Como a mediação está presente no processo educativo? Faz-se necessário, nesse momento, explicar um pouco sobre a educação e o processo educativo.

Voltando a discussão para a conceituação da palavra educação, termo de origem latina, pode-se afirmar que educar, em um sentido amplo, significa alimentar, cuidar e criar, abrangendo tanto as plantas, animais e pessoas, como é salientado por D’Osvualdo (2008, p. 13):

É importante voltar à visão que Libâneo (2007) tem acerca do conceito de educação. O autor lembra a origem latina do termo *educar*, que significa alimentar, cuidar e criar, referindo-se tanto

às plantas, aos animais, como às crianças e de *educere*, que está relacionado a “tirar para fora de”, “conduzir para”, “modificar um estado”. O autor relaciona os termos *educare* e *educere* ao paradoxo de alimentar e educar, ou seja, a educação é uma forma de alimentar o sujeito de conhecimentos, ao educá-lo, retira-se dele todas as possibilidades possíveis de aprendizagens.

Educação, em uma concepção dominante, significa estudo. Contudo, o processo educacional não se restringe apenas ao conceito daquela educação desenvolvida nas escolas, nas instituições legalmente amparadas por lei, reguladas por secretarias de educação. O processo educacional é algo muito maior que transcende os muros dessas instituições, podendo não haver um modelo único. Conforme Pedreira (2005, p. 73), são diversas as formas de desenvolver o processo educativo:

Não há uma forma única, nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e muitas vezes não é o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional, não é o seu único praticante. A família, a igreja, a imprensa, o sistema político, a mídia, entre outras práticas também promovem educação.

Da mesma forma D’Osvualdo (2008, p. 11) corrobora com essa linha de raciocínio afirmando que:

o termo educação engloba um universo que vai além dos muros da escola, principalmente, no que diz respeito ao acesso aos conhecimentos historicamente sistematizados pela sociedade. Percebe-se que, com a globalização e com os avanços tecnológicos, a educação enfrenta novos desafios: novas relações sociais, novas linguagens, novos estilos e comportamentos sociais. Portanto, é também no âmbito escolar que todas essas reflexões acontecem, exigindo do educador uma prática educativa coerente com toda esta visão de amplitude que a educação traz em suas discussões, sendo integrada em todo o contexto social.

Portanto, a educação pode ser considerada um processo multifacetado, não restrito à atividade escolar e que não possui um modelo único, como dito anteriormente. Esses fatos podem ser conferidos na prática,

por exemplo, em uma tribo indígena, como demonstra Brandão apud D'Osvualdo (2008, p 12):

[...] a sabedoria acumulada daquele grupo não é transmitida por meio de “aulas” e da escola, mas por meio do que se aprende nas situações diárias e é devido às diferentes aquisições de trocas entre pessoas, com o corpo, com a experiência, a consciência e, o mais importante, a convivência. A educação indígena que se fazia estava relacionada à vida daqueles jovens bons pescadores, caçadores, guerreiros, conhecedores da vida na floresta e capazes de sobreviver frente às adversidades que aquele ambiente lhes proporcionava.

A única diferença no ato de educar na educação formal para outras formas de educar é que as escolas são responsáveis pela transmissão de conhecimentos, dos saberes que já foram sistematizados ao longo da história. Como salienta D'Osvualdo (2008, p 12):

[...] a educação ocorre sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar e de aprender, seja em uma tribo, na sociedade, nos grupos ou na instituição escolar. No entanto, o que diferencia a escola de outras instâncias, no tocante ao ato de educar, é que ela é a responsável por transmitir às pessoas o saber historicamente sistematizado pela humanidade, construído ao longo de gerações.

Entendemos, assim, que o papel da educação não se limita apenas à transmissão de conhecimento. O papel primordial da educação é o da construção e desenvolvimento do conhecimento, a formação da consciência. E essa construção só é possível através do processo de mediação entre as pessoas, um processo que somente ocorre através das relações que as pessoas estabelecem entre si.

Brandão apud Pedreira (2005, p. 73) salienta que:

Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender;... A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. ... A educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualidades e especialidades que envolvem as trocas

de símbolos, bens, poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força.

A educação deve ser entendida como um processo contínuo, onde não existam sujeitos educados e não educados, pois todos estão em um processo contínuo de educação, Freire apud D'Osvualdo (2008, p 14) demonstra muito bem esse caráter contínuo da educação ao afirmar que:

não existem seres educados e não educados, pois estamos todos nos educando, mutuamente, em constante troca de experiências. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos. A ação educativa implica um conceito de homem e de mundo concomitantes. É preciso não apenas estar no mundo e sim estar aberto ao mundo.

Somente através da educação que é possível a transformação da realidade de um indivíduo, uma mudança de paradigma, diminuindo o fosso entre as pessoas, fazendo com que os sujeitos das sociedades possam participar mais das decisões que são tomadas. Segundo Pedreira:

E esta transformação pode contribuir para qualificar a vida em sociedade, a partir da reflexão e produção de saberes que contribuam na compreensão da nossa realidade; a educação pode contribuir para o repensar de muitas práticas políticas, pode contribuir para refletir as situações concretas de vida desiguais existentes no seio das sociedades, e pode ajudar as pessoas na auto-organização social. O compromisso com uma educação de qualidade é uma atitude fundamental para a resolução de muitos problemas sociais. (2005, p. 74).

A prática educativa pode ser tanto livre como imposta. Existem educadores que estão inseridas no meio educacional apenas para deturpar e disseminar determinadas ideologias, não contribuindo, de forma alguma, para a plena formação do sujeito como cidadão.

Às vezes o resultado de sua prática ajuda a explicar, outras vezes a ocultar ou inculcar determinantes sócio/culturais. Muitas vezes acaba sendo um dos meios de que os homens lançam mão para criar guerreiros e/ou burocratas. Na prática, a mesma educação que ensina pode também deseducar e muitas vezes, pode correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz, ou do que inventa que pode fazer. Nesse

processo, os educadores agem como mediadores da ideologia política cultural. (PEDREIRA, 2005, p. 74).

A educação, aqui defendida, não pode ser utilizada como instrumento de disseminação de ideologias e ou de subjugamento e dominação. Essa educação não é aquela que apenas defende o pleno desenvolvimento do indivíduo. Esse tipo de educação não favorece a construção do conhecimento, logo, a transformação da realidade. “[...] o processo educacional se bem utilizado ou se bem trabalhado pode com mais clareza e com maior democracia construir pensamentos práticos transformadores. Pode promover à cidadania, condição primeira para transformação social.” (Pedreira, 2005, p. 75).

A educação está enraizada em todos os modelos sociais, é ela a responsável pela transmissão desses modelos como, por exemplo, modelo de comportamento, de conduta religiosa, de relações afetivas. Para Charlot (apud PEDREIRA, 2005, p. 75), “A educação é inegavelmente política, uma vez que transmite os modelos sociais, forma a personalidade, difunde as idéias políticas e, ainda, é encargo da escola, que é uma instituição social.”

É através da escola que pode ser vista com maior nitidez a transmissão desses modelos sociais. A instituição escola é a grande sistematizadora do processo educativo, é a grande responsável pela formação da sociedade. A escola desempenha na sociedade um papel de suma importância, sendo considerada uma disseminadora de conhecimento. Contudo, é necessário analisar a forma como a escola vem desempenhando sua função social, para que o cidadão possa se desenvolver plenamente, preenchendo todas as lacunas, formando um cidadão consciente e crítico. Pois, não basta que ela apenas transmita informação.

A escola tradicionalmente é vista como um lugar onde se pode fornecer ao estudante a oportunidade de desvendar o mundo em que vive e ao mesmo tempo oferecer meios intelectuais para que ele possa se desenvolver e adquirir a consciência necessária para uma vida mais “civilizada” e conseqüentemente ter maior responsabilidade cívica e social. Mas, para atingir esse fim, não se deve esquecer ou negligenciar o sistema de educação formal. Não devemos esquecer de (re)avaliarmos as próprias políticas educacionais,

que nesta perspectiva da formação do cidadão, muitas vezes, acaba sendo inadequada para atingir seus próprios objetivos. (PEDREIRA, 2005, p. 76).

A educação além de formar sujeitos conscientes e críticos, precisa formar cidadãos com senso de humanidade, que respeitem e compreendam seus semelhantes, e juntos possam formar uma sociedade mais igual, lutando pela desigualdade que assola o Brasil.

O nosso desafio enquanto educadores está na defesa de uma educação que possibilite a humanização do homem (objetivação, sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade), as quais se constituem, dentro de uma concepção histórico-social de homem em valores máximos para uma sociedade possivelmente humana ainda existente. (OLIVEIRA apud PEDREIRA, 2005, p. 78).

O sujeito que se encontra em formação também é o sujeito que produz conhecimento e, portanto, não deve ser visto apenas como um ser passivo que recebe informação sem interferência da realidade que o cerca. Ao mesmo tempo em que ele se forma, ele também constrói conhecimento. Como pode ser observado de acordo com Freire “[...] o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. (1996, p. 12).

Um fator muito interessante nesse processo de formação é que todos os envolvidos, tanto docente quanto discente, estão constantemente em formação. Freire saliente que não é porque o sujeito está desempenhando o papel de formador que não esteja em formação também:

[...] embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao for-mar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferentes que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina

aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.
(FREIRE, 1996, p. 12).

Podemos observar, dessa forma, que todos os sujeitos envolvidos no processo educativo são possuidores de conhecimento, cada um com sua importância. Não se pode valorizar um conhecimento mais do que outro, pois, todos têm uma importância para um determinado contexto. É o que pode ser notado nas palavras de Holtorf (apud CARVALHO; FUNARI, 2009). “[...] todas as pessoas são detentoras de conhecimentos válidos: esses saberes podem variar de acordo com a trajetória de vida de cada um dos indivíduos, mas possuem igual importância.”

Os educadores precisam, em sua prática educacional, desenvolver formas de educar que de fato possam possibilitar a construção do conhecimento, e não persistirem em técnicas educativas que apenas promovem a mera transferência de conhecimento, algo que muito pouco contribui para a formação crítica do sujeito envolvido. Por isso, este educador necessita de uma formação constante, para, posteriormente, desenvolver seu papel social.

Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender.
(FREIRE, 1996, p. 12-3).

Na prática diária da construção do conhecimento, se faz necessário que o educador desenvolva a capacidade crítica de seus educandos. O educador comprometido desenvolve as condições necessárias para que o conhecimento seja construído. Nesse processo, todos os sujeitos precisam estar em total sintonia para que o ambiente criador possa fluir.

[...] ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das

condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. (FREIRE, 1996, p. 13).

Nota-se, na citação anterior, que os educandos envolvidos no processo de construção do conhecimento, acabam se transformando em sujeitos da construção do saber, não mero espectador que recebem o conhecimento forçosamente. Dessa forma, os sujeitos participam desse processo em igualdade com o educador, juntos construindo o saber.

Portanto, o educador necessita ter a consciência de que ensinar não significa a transferência de conhecimento, como pode ser observado de acordo com Freire “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.” (1996, p. 21).

O sujeito com a consciência de seu inacabamento ou inconclusão é inserido em um processo social de busca, onde a curiosidade, ultrapassando os limites, se torna fundante da produção do conhecimento. A educação tem um papel fundamental nesse processo de inconclusão.

É na inconclusão dos ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram incabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que se gerou sua educabilidade. (FREIRE, 1996, P. 24)

O educador interferirá na realidade do sujeito inacabado que tornou consciente de sua inconclusão, participando permanentemente nesse processo de busca, onde a capacidade de aprender de cada sujeito está intimamente ligada à transformação de realidade e não apenas a adaptação desse sujeito a realidade que lhe é apresentada. Assim, o indivíduo tem o poder de intervir, mudar, melhorar, transformar essa realidade, passar de espectador a ator. De acordo com Freire “[...] somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar.” (1996, p. 28).

Enfim, diante do exposto, defendemos a idéia de que a instituição de pesquisa, ao realizar o estudo arqueológico e, através de mecanismos e estratégias, ao promover a Educação Patrimonial, está cumprindo o papel de mediadora do conhecimento, isso porque, ao promover programas voltados para a importância de se preservar o patrimônio, a instituição realizadora do resgate arqueológico interage e intervém no universo da comunidade local, propiciando a ela informação, ao passo que, conseqüentemente, a comunidade se transforma em conhecimento, promovendo uma transformação na sua realidade e visão acerca do patrimônio. O resultado é o de que a comunidade se tornará mais crítica com a realidade que lhe é apresentada e, também, passará a enxergar o patrimônio como “algo herdado de nossos pais e antepassado [...]” (HORTA,2003), despertando, assim, o seu interesse para a importância de sua preservação.

7 Educação Patrimonial na Prática: Um Olhar Analítico sobre as Ações Desenvolvidas em Juruti/PA

Neste momento serão analisadas as atividades de Educação Patrimonial que estão inseridas no Programa de Educação Patrimonial do Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará desenvolvido pela Scientia Consultoria. Já foram entregues anteriormente três relatórios parciais ao IPHAN, contudo, é foco deste estudo apenas o relatório referente às atividades de Educação Patrimonial que foram desenvolvidos ao longo do segundo semestre (jul./dez) de 2009.

A equipe desenvolvedora do Programa de Educação Patrimonial em questão está envolvida nos mais variados tipos de ações. Serão elencadas e analisadas, nesse momento, algumas ações que aconteceram em Juruti ao longo do segundo semestre de 2009. Essa participação ativa da equipe é uma forma muito positiva de aproximação junto à comunidade local, de seu real envolvimento. Como afirma a Scientia (2009, p. 7) “acreditamos nesta estratégia como prática democrática, pois favorece o diálogo e propicia a socialização da informação de forma ampla e eficaz.”

Em virtude do comprometimento da equipe do Projeto com a comunidade, foi possível averiguar que pessoas da comunidade local acabam convidando os profissionais da equipe para conhecerem melhor a comunidade em seus dias de folgas. Essa aproximação tem permitido um maior estreitamento nas relações com a comunidade, onde é clara a mediação do conhecimento nessas relações.

7.1 Apresentação das Ações Desenvolvidas no Programa de Educação Patrimonial

7.1.1 Ações sociais

Abaixo algumas das ações sociais (reuniões, eventos culturais e campanhas educativas), que a Equipe do Programa tem participado:

► **Oficina de Planejamento de Comunicação Comunitária** (15 de julho de 2009)– a presença da equipe teve como principal objetivo conhecer novos parceiros e conhecer o plano para facilitar o contato com a zona rural;

► Participação da equipe da Scientia na **Câmara Técnica de Educação** (15 de julho de 2009)– a participação da equipe nesta reunião foi muito importante, pois são nestas reuniões que são passadas às informações referentes às ações que são correlatas das atividades do Programa no município.



Reunião da Câmara Técnica de Educação, realizada no Espaço da Scientia, em Juruti

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 7

► Ação de **sensibilização sobre o lixo durante o Festribal** (30 e 31 de julho de 2009) – participaram deste evento o governo municipal, empresas parceiras da Scientia, como ALCOA, Terra Meio Ambiente e a Sermeg. Esta campanha foi muito eficaz, pois houve uma redução considerável do lixo, que foi alocado em local apropriado. As pessoas eram abordadas por equipes de diversas instituições agindo em parceria. Tinham como objetivo colocar as preocupações sociais com o lixo. O total envolvimento das pessoas no Programa de Educação Patrimonial pode ser visto de acordo com a afirmação abaixo:

Durante o evento a equipe de educação patrimonial recebeu o carinho das agremiações folclóricas, Muirapinima e Mundurukus, através de presentes diversos como camisas, e diferentes adornos e fantasias utilizadas durante a festa. O interesse das pessoas em nos dar estes brindes de enorme valor emocional foi para que os guardássemos e utilizássemos em nossas atividades culturais e educativas na sede da SCIENTIA em Juruti. (SCIENTIA, 2009, p. 8).

De acordo com o exposto acima, fica muito claro a significância que o Programa possui naquela comunidade. É muito importante essa aproximação com a comunidade, esse carinho demonstrado pelas agremiações folclóricas, resultado do trabalho desenvolvido pelo Programa.

Tribo Mundurukus - Alegoria da Cabeça Troféu – Festibal 2009



Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 10.

► **Reunião para inclusão dos educadores na Câmara Técnica de Cultura** (14 de setembro de 2009) – este encontro foi produtivo e eficaz, tendo em vista que reuniu professores dispostos a implementar planos educativos para uma instituição cultural, visando a integração de ações dentro e fora das salas.

► **Oficina de Indicadores de Sustentabilidade** (26 e 28 de outubro de 2009) – organizada pela Fundação Getúlio Vargas – teve grande relevância a discussão em torno do patrimônio cultura; foram levantadas

questões, por parte da comunidade local, em torno da guarda do material arqueológico, pois a comunidade quer esse material próximo a eles.

► **1ª Conferencia de Cultura de Juruti** (29 e 30 de outubro de 2009) – A Scientia apresentou os resultados parciais do Programa de Educação Patrimonial. Foi responsável pelo debate temático I- Cultura, Território e Cidadania, onde apresentou “perspectivas culturais dentro da Agenda 21 local e discorrendo também sobre os diversos patrimônios, dentre os quais o patrimônio arqueológico, a necessidade de conhecimento, valorização, preservação e acesso a estes bens.” (SCIENTIA, 2009, p. 12).



Participação da equipe técnica e estagiários na 1ª Conferencia das Cidades de Juruti.
Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 12.

► **3º Festival Cultural Glória Tavares** (3 de dezembro de 2009) – a equipe do programa foi convidada para participar do evento; Isabela Castro, funcionária da Scientia, participou como jurada do evento. A finalidade do evento foi a de mostrar as múltiplas facetas culturais do município “através de expressões artísticas como apresentações teatrais, danças folclóricas, recital de poemas, interpretação de músicas e apresentação de composições.” (SCIENTIA, 2009, p. 13).



1ª Conferencia de Cultura



3º Festival Glória Tavares

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 13.

► Projeto Quelônios da Amazônia Araçá Preto (2 de dezembro de 2009) – a equipe recebeu o convite para participar da “eclosão dos ovos de quelônios” na comunidade Araçá Preto. Trata-se de uma ação educativa do Clubinho da Tartaruga (IBAMA-ICM/Bio). Teve como objetivo a sensibilização das crianças e jovens da zona rural de Juruti para a preservação dos quelônios.



Evento promovido pelo Clubinho da Tartaruga (IBAMA/ICMBio) na comunidade Araçá Preto

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 14.

► Balaio do Patrimônio Cultural e Oficina de Gestores e Educação Patrimonial – IPHAN (1 e 4 de dezembro de 2009) - a equipe foi convidada para participar do evento organizado pelo IPHAN, para socialização dos resultados deste Programa; este tem alcançado alta visibilidade em

decorrência de uma equipe comprometida, do alto planejamento e apoio da comunidade. Como se observa de acordo com os convites que a equipe de Educação Patrimonial em Juruti tem recebido.



Participação e apresentação do projeto no Balaio do patrimônio Cultural, evento do IPHAN.



Mesa composta por principais gestores do Patrimônio cultural da região: Janice Lima (Goeldi), Paulo do Canto (MEP), Márcia Bezerra (UFPA) e Lilian Panachuk (Scientia).

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 16.

7.1.2 Ações educativas

Outros tipos de ações desenvolvidas pelo Programa são as ações educativas, que visam o envolvimento mútuo entre o aprender e o ensinar.

► **Capacitação de professores – Módulo 3** – no dia 12 de setembro foi realizado o Curso de capacitação em Educação Patrimonial, ministrado aos professores da rede estadual, e no dia 16 de outubro, a capacitação foi com os professores da zona rural do município. Foi discutido nessas capacitações que o número de educadores participantes da zona urbana tem decaído vertiginosamente, enquanto que na zona rural o número tem crescido, sendo que, esses últimos enfrentam enorme dificuldades para poderem freqüentar o curso. As atividades planejadas, neste módulo, estavam

relacionadas com os módulos anteriores; este módulo possui uma importância vital, pois “é o estabelecimento final do compromisso entre os educadores participantes e a equipe do Programa de Educação Patrimonial para levar a temática do patrimônio de forma consciente para a sala de aula.” (SCIENTIA, 2009, p. 19).

O módulo foi dividido em quatro momentos e, ao final de cada momento, foi aplicada uma avaliação, que tem como objetivo compreender como está sendo a experiência. Através da avaliação, foi possível levantar que o programa tem atendido sua proposta de uma forma muito eficaz. É muito importante que seja questionado se o programa tem atendido sua proposta. Foi possível averiguar que é muito eficaz a capacitação desses educadores, e tem sido muito positivo esses cursos, pois têm mostrado que, de fato, há um envolvimento desses profissionais com o programa. “A totalidade dos professores tem uma posição receptiva em relação à capacitação que nosso Programa de Educação Patrimonial oferece.” (SCIENTIA, 2009, p. 26).



Curso para professores na rede estadual.



Curso para professores na zona rural.

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 18.

► **Oficina de Modelagem Cerâmica, Zona Rural** (outubro/novembro de 2009) – essa oficina foi realizada através da parceria entre ALCOA, Scientia e a Associação das Mulheres Trabalhadoras de Juruti (AMTJU). Teve como participantes do curso as comunidades São Paulo ficaram empolgados com a possibilidade de “aprender” algo que nunca fez. Um

fato muito interessante levantado nesta oficina de cerâmica diz respeito aos dois primeiros dias de oficina destinados às apresentações pessoais e dos temas de arqueologia: a disponibilização desses dois dias são importantes para que a pessoa seja inserida de fato naquela ambiente e possa entender a prática.



Produtos desenvolvidos por Levy Cardoso



Produtos da AMJU

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 36.

Através das discussões levantadas, foi possível discorrer sobre tecnologia de produção das vasilhas, tempero, decoração, queima e questões sobre patrimônio, como pode ser observado na afirmação abaixo:

A partir da discussão um exemplo de patrimônio foi colocado por dona Beta: um pote cerâmico feito por sua filha Dina há vinte anos, do qual ela não se desfaz. Desta forma, pareceu fácil e claro entender que patrimônio é todo bem que pode ser produzido ou herdado, ao qual é dada a importância, uma vez que conta uma história e que tem um saber por trás dele, indo além de posses financeiras.

Os participantes estavam totalmente envolvidos na oficina, sendo que cada grupo ficou responsável pela coleta da matéria-prima necessária. Terminada a confecção das cerâmicas, os participantes do curso organizaram uma exposição com o auxílio da equipe do Programa de Educação Patrimonial sob o título “**Inspiração do passado para mãos do presente**”; como meio de divulgação do evento foram manufaturados convites impressos e digitais.

Participaram do evento a comunidade local, autoridades pública e privada. Nas fotos abaixo, podem ser visto o total envolvimento da comunidade na oficina. O retorno desse envolvimento é muito gratificante, pois para os participantes é uma forma de ver seu trabalho reconhecido, o que leva eles a buscarem novos horizontes e demonstra que vale a pena participar dessas atividades.



Momento de exposição

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 64.

Todos os presentes manifestaram em prol da continuidade do curso na comunidade. Essa manifestação de apressa mostra que de fato tais ações são importantes na comunidade, pois elas têm produzido resultados importantes, demonstrando que está havendo uma apropriação do conhecimento em torno da preservação do patrimônio arqueológico e dos saberes que estão sendo mediados. “Um dos comentários destacados foi o da participante Adma no que tange o uso de outros temperos naturais além do caripé, visto que funciona tão bem, ou melhor, pois este uso de forma sustentável garante preservação do meio ambiente.” (SCIENTIA, 2009, p. 63). Esta oficina, de uma forma geral, foi muito positiva e satisfatória, conseguiu atingir seu objetivo maior “a reflexão sobre o patrimônio local”. (SCIENTIA, 2009, p. 67).

► **Estágio Científico: Projeto Memórias de Ruas** – O espaço da Ciência iniciou-se um processo seletivo de estagiários estudantes do ensino

médio da rede pública. O programa teve início do dia 19 de outubro de 2009. “As atividades do estágio estão centradas em dois focos: ‘suporte às ações cotidianas do Espaço da Ciência em Juruti e um projeto de pesquisa específico nomeado Memórias de rua, suas histórias e objetos’”. (SCIENTIA, 2009, p. 73). Os estudantes têm como objetivo o levantamento de dados sobre a cidade e a organização a documentação escrita.



Discussões com a equipe de Educação Patrimonial sobre os diversos temas.



Dinâmicas para integração dos grupos

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 77.

Juruti vem passando por grandes transformações em sua paisagem, devido ao crescimento urbano. Esse rápido crescimento tem tornado o planejamento urbano desordenado. Esse projeto se insere nesse ambiente de mudanças, onde sua importância se encontra na preservação da memória local, seu registro na história.

Este projeto tem a pretensão de trazer à tona a memória escondida na geografia urbana de Juruti. Outro intento é o registro desta história, a fim de que ela seja cristalizada pelos registros escritos e de imagem durante um período de grandes mudanças na cidade. (SCIENTIA, 2009, p. 76).

As atividades desenvolvidas pelos estagiários estavam centradas em uma sondagem de cada rua. Posteriormente eles começaram a entrevistar as pessoas, a coletar informações das ruas e fotografar moradores, ruas, residências, móveis antigos e objetos relacionados com a história local. Foi

percebido que após o levantamento destes dados, os contatos que os estagiários tiveram com a comunidade criaram laços de amizade, que tem culminado nesses participantes “[...] o sentimento de apropriação da história e dos patrimônios de seu município, garantindo assim a manutenção e a preservação da cultura local”. (SCIENTIA, 2009, p. 80).

7.1.3 Ações culturais

A Scientia possui um espaço em Juruti dedicado às ações de curta duração que ocorrem de forma permanente. As atividades realizadas neste espaço desde o mês de março de 2009 recebem o nome de “navegar pelo Saber”, para se ter uma ideia de sua dimensão, somente no segundo semestre de 2009 participaram do projeto 1.248 estudantes. É importante frisar que a participação desses estudantes ocorre de forma espontânea e, apenas quando existe uma baixa frequência de participantes, que se faz necessário o reforço do convite aos estudantes através das escolas. No segundo semestre de 2009, foram desenvolvidas 51 atividades lúdico-educativas com as crianças e os jovens do município. Pode ser notado através desses dados, a extensão do Programa de Educação Patrimonial realizado em Juruti. Abaixo a descrição de algumas das 51 atividades realizadas ao longo do segundo semestre de 2009:

► **Produção de cerâmica** (11 de agosto de 2009) – a atividade tinha como objetivo chamar a atenção dos alunos para a manufatura de objetos, tendo a argila como matéria-prima. Foi utilizado como material de apoio um trecho do desenho animado sob o título “Kirikou e os animais selvagens”, onde é mostrada a forma como é produzida a cerâmica e quais suas utilidades. Ao realizar uma reflexão sobre a antiguidade do uso da cerâmica na sociedade da região, foi possível desenvolver discussões sobre os vestígios arqueológicos encontrados naquela localidade. Através desta discussão foi ressaltada “[...] a importância de sua compreensão para o

conhecimento da história dos povos que muito antigamente moraram no local”. (SCIENTIA, 2009, p. 87).



Estudantes assistem “Kirikou e os animais selvagens”

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 88.

Para uma melhor elucidação do tema, utilizaram-se fotografias em painéis explicativos e réplicas de peças cerâmicas.

O contato que essas crianças puderam ter com os materiais utilizados no desenvolvimento das atividades, tais como, fotografias, peças cerâmicas, além das discussões levantadas em torno do filme que retrata as formas de produção, decoração, queima das peças e a função da cerâmica, bem como a experiência prática que eles tiverem produzindo peças de acordo com seus interesses, para sentirem na prática como é o processo de manufatura da cerâmica, pôde propiciar um ambiente ideal para a apropriação e construção do conhecimento. A exposição do material produzido e a explicação da significância da peça constitui o resultado do conhecimento construído pelos participantes.

► **Teatro de lendas** (18 de agosto de 2009) – principal objetivo da atividade foi o de ressaltar a importância do folclore na cultura local, evidenciando lendas, músicas e festas. As crianças foram encorajadas a falar sobre as lendas de seus conhecimentos. Foi possível levantar que a maioria dos participantes não conhecia as lendas locais. Para um maior enriquecimento da atividade a equipe do Programa de Educação Patrimonial fez uma apresentação teatral com bonecos voltados para uma lenda local. Finalizada a

apresentação, realizou-se novamente uma discussão em torno da importância e valorização das lendas locais, como um resgate das histórias daquele lugar.



Criança contando uma lenda pela tarde com uso do fantoche

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 92.

► **Animais e objetos arqueológicos** (27 de agosto de 2009) – essa atividade teve como objetivo a observação e descrição das cerâmicas arqueológicas com motivos zoomorfos, tipo de cerâmica pertencente ao patrimônio cultural daquela localidade. Uma parte importante da dinâmica foi no momento em que foi pedido aos participantes que falassem sobre os animais que possuíam em casa, possibilitando uma melhor introdução a temática arqueológica. Foram expostas para as crianças peças cerâmicas que possuíam representações de animais como cobras, sapos, macacos, entre outros. Essas representações são importantes para o entendimento de uma determinada cultura, os animais que existiram em um determinado tempo, a significâncias desses animais para uma determinada sociedade, seu misticismo. As crianças puderam compreender a necessidade de se preservar o patrimônio para que possa ser conhecido, estudado, conservado para as futuras gerações.



Discussão sobre a relação entre animais e objetos arqueológicos – manhã (esquerda) e tarde (direita)

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 103.

► **Amazônia e patrimônio** (29 de agosto de 2009) – a atividade teve como objetivo trabalhar com as crianças a respeito dos recursos naturais e culturais encontrados em suas localidades. As crianças assistiram a um desenho animado paraense, onde foi possível explorar diversos assuntos relacionados com a fauna e a flora da Amazônia, o que possibilitou a discussão em torno da biodiversidade, diversidade cultural e a importância da Amazônia, fato esse que vem despertando o interesse de muitos. Os participantes expuseram suas ideias em torno da temática, dando exemplos de patrimônio natural, como os pássaros, peixes, rios. Foi explanada a importância da preservação desse patrimônio e a sua utilização de uma forma consciente.



Roda de discussão sobre a temática apresentada no filme

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 107.

► **Criando com objetos naturais e objetos construídos** (3 de setembro de 2009) – a atividade teve como objetivo discutir o uso de elementos naturais enquanto recursos e a relação homem/natureza que também foi muito bem explicitada. Além disso, foi discutida a transformação da natureza através das atividades indígenas do período pré-colonial até os dias atuais com o processo industrial. Os estudantes puderam na prática construir objetos através dos materiais disponíveis. Foi um processo interativo muito importante, o que permitiu que as crianças criassem variados objetos artesanais como produto final da atividade.



Momento de expressão do grupo participante

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 110.

► **Quebra-cabeça- arqueológico** (17 de setembro de 2009) – a atividade visou “apresentar o trabalho arqueológico como uma montagem de informações, um verdadeiro quebra-cabeça. Em seu trabalho o arqueólogo realiza uma busca de fragmentos de informações sobre sociedades do passado”. (SCIENTIA, 2009, p. 113). Ao reunir essas informações, é possível conhecer a história de um lugar. Foi proposto aos participantes a montagem de um quebra-cabeça com a imagem de objetos cerâmicos e líticos. Terminada a montagem, eles deveriam encontrar o nome do objeto em um cesto e explicitar as prováveis maneiras que os objetos poderiam ser utilizados, para que dessa forma, possa se pensar a sua importância para um determinado contexto. Através dos objetos utilizados por uma determinada sociedade, pode-se

conhecer um pouco daquele povo. Entendemos que para as crianças participantes do trabalho, é muito importante a reflexão acerca da forma que as sociedades que ali habitaram viviam.



Conversa com o auxílio de cartazes – esquerda (manhã) e direita (tarde)

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 114.

► **Montagem de peça cerâmica** (19 de setembro de 2009) – a atividade teve como objetivo conhecer parte do trabalho arqueológico, “a fim de despertar o aprendizado na busca da valorização e preservação do patrimônio local”. (SCIENTIA, 2009, p. 116). Para que o trabalho arqueológico seja conhecido, foram descritos as curiosidades de uma escavação e sua complexidade. Os participantes puderam manipular réplicas cerâmicas daquelas encontradas na comunidade. Com esse contato foi possível que as crianças analisassem com melhor sensibilidade a textura, o peso, sua decoração, dentre outras. Ao mesmo tempo em que as crianças estavam em contato com esses objetos, foram levantados questionamentos “para provocar o pensamento infanto-juvenil sobre a importância destes objetos para contar uma história antiga”. (SCIENTIA, 2009, p. 117). As crianças tiveram como desafio a montagem de peças cerâmicas, atentando para os detalhes de cada peça. As crianças, ao final, expuseram sua experiência e o seu resultado. Nesse momento foi possível verificar a apropriação do conhecimento.



Montagem com pequenos pedaços de Cerâmica.

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 118.

► **Confecção de carimbo** (22 de setembro de 2009) – essa atividade teve sua atenção voltada para a observação das representações em arte rupestre. Inicialmente, desenvolveu-se uma conversa em torno da temática “arte rupestre” para melhor entendimento do assunto, envolvendo as crianças no contexto da arte rupestre e estimulando sua reflexão em torno da importância dessas representações em dada sociedade. Através dessas representações é possível conhecer os hábitos e ambiente em que viviam as sociedades do passado. Com o material recebido, cada criança deveria seguir a proposta de desenho sugerida para cada grupo. Dessa forma, os estudantes criaram carimbos com as representações que foram mostradas no momento da conversa, culminando, assim, em um entendimento de sua origem.



Registro do carimbo confeccionado pela tarde

Fonte: SCIENTIA, 2009, p. 122.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa obteve resultados importantes referente à problemática da Educação Patrimonial como mediadora da informação acerca do patrimônio local inserido no Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará. Através da análise da bibliografia especializada sobre a temática em questão, nós conseguimos levantar primeiramente como é entendido e assimilado o termo patrimônio, desde sua visão no senso comum até a sua significância mais abrangente. Esse aprofundado estudo acerca do patrimônio se fez necessário para inserirmos de fato a temática em discussão: Educação Patrimonial como mediadora da informação.

A Educação Patrimonial tem como razão maior de sua existência a valorização e preservação do patrimônio cultural. É através das ações de Educação Patrimonial que se pode alcançar uma maior conscientização das pessoas acerca da valoração e preservação de sua identidade e memória cultural. Mas, para que se chegue a esse objetivo, é necessário um envolvimento e comprometimento de todas as pessoas participantes.

É muito importante que a Educação Patrimonial seja entendida como um agente mediador da informação, que visa à construção do conhecimento, o desenvolvimento do pensamento crítico/reflexivo de seu patrimônio. No momento em que é mediada a informação acerca do patrimônio, os sujeitos se apropriam dessas informações transformando-as em conhecimento. Entendemos que se não houver apropriação da informação que culmina na construção de conhecimento, não houve a mediação aqui defendida, como geradora e transformadora de realidade. Não tem como os sujeitos valorizarem e preservarem um patrimônio, se eles não conhecem a importância do patrimônio para aquela comunidade. Portanto, a Educação Patrimonial, como mediadora da informação, também consiste em uma forma de resgatar a memória e identidade cultural.

As ações de Educação Patrimonial devem ser desenvolvidas visando sempre à alteração de concepção. Caso não haja essa mudança, não

se terá nunca a construção de conhecimento e todo o esforço será em vão. Por isso, ressaltamos a necessidade do envolvimento da equipe do Programa e a comunidade envolvida para que a mediação possa fluir em sua forma plena.

Voltando nossa discussão para a análise do relatório de atividades do Programa de Educação Patrimonial, constatamos que a equipe da Scientia, responsável pelo desenvolvimento do programa, esteve intrinsecamente ligada àquela comunidade, onde observamos sua intensa participação nos eventos que ocorrem na cidade. É muito importante reforçar essa participação, pois no momento em que a equipe começa a participar da vida social da comunidade envolvida, tal fato demonstra que ela é uma equipe comprometida, pois, além de desenvolver seus trabalhos, também participa das ações distintas que ocorrem na comunidade. Podemos inferir que a atuação da equipe nessas participações, além de ser uma forma de aproximação com a comunidade, consiste em um meio dela procurar novos parceiros para realizar novas ações. Por isso, essa forma de agir da equipe de Educação Patrimonial da Scientia, interagindo absolutamente com toda a comunidade envolvida, é um diferencial em relação a outros programas de Educação Patrimonial que pudemos observar ao longo da pesquisa, que foca apenas em um grupo da comunidade para desenvolver suas ações, por exemplo: crianças.

Outro tipo de ação muito importante desenvolvida pelo programa são as ações educativas, onde o objetivo está centrado na formação de agentes multiplicadores, uma forma de dar continuidade às atividades de Educação Patrimonial. É muito importante que essas ações sejam desenvolvidas como um processo que tenha uma continuidade, pois só dessa forma a educação acerca do patrimônio estará em um constante processo de mediação, visando a construção do conhecimento.

As ações educativas vão desde capacitação dos professores até as oficinas realizadas com a comunidade. É muito importante explicar um pouco a respeito destas oficinas, pois, como dito anteriormente, todas as pessoas da comunidade devem participar das ações, Por isso, a equipe empenhada na Educação Patrimonial deve desenvolver atividades com o objetivo de atingir todos os indivíduos de uma comunidade. Assim, ações em todos os níveis e para todos os grupos devem ser desenvolvidas. Um bom exemplo de

participação de públicos variados, como vimos, foi a oficina de cerâmica desenvolvida junto a comunidade, onde participaram homens e mulheres adultos, crianças e adolescentes. Nesse momento verificamos o excelente exemplo de integração geral na e da comunidade. Essa oficina rendeu bons frutos, como a exposição das cerâmicas manufaturadas na oficina, resultado do conhecimento construído pelos participantes. Por sua vez, a equipe de Educação Patrimonial aproveitou-se desta exposição para apresentar o trabalho arqueológico desenvolvido pela Scientia e falar do Programa de Educação Patrimonial, além do espaço da Scientia que funciona em Juruti. Mais uma vez se vê a equipe comprometida e sempre com o intuito de atrair mais pessoas para participar das ações educativas. Observamos nessa atividade que de fato o objetivo da Educação Patrimonial como mediadora da informação acerca do patrimônio foi claramente atingido

Por fim, pudemos levantar que a equipe de Educação Patrimonial da Scientia realizou em seu espaço, 51 ações, através do Projeto Navegar pelo Saber, voltadas para a preservação e valorização da memória e identidade cultural. A riqueza dessas ações foram relatadas no relatório em questão. Nessas ações, todas as pessoas se envolviam de fato, tendo como resultado o desenvolvimento da consciência preservacionista, que é fator importante para que as pessoas comecem a se identificar e a valorizar o patrimônio até então desconhecido. Assim, a cultura que estava perdida, começa a ser resgatada com o projeto, a história daquele povo é recuperada e, certamente, surge uma nova visão de mundo.

Através desta complexa gama de ações que foram e estão sendo desenvolvidas pelo Programa de Educação Patrimonial inserido no Projeto de Arqueologia Preventiva na Área de Intervenção do Projeto Juruti/Pará desenvolvida pela Scientia Consultoria, a equipe de Educação Patrimonial tem, de fato, conseguido atingir o objetivo de envolver a comunidade acerca de questões relacionadas a seu patrimônio, para uma maior valorização e preservação e disseminação destes conhecimentos apropriados através da mediação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: discutindo a atuação do bibliotecário. In: FADEL, B. (Org). **A informação nas organizações sociais: desafios em face de multiplicidade de enfoques**. Marília: UNESP, 2004. 1 CD-ROM.

_____. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecologia, Archivologia, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe (EDIBCIC), VII., 2006, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, IX., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2008. v. 1

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, Hucitec, 1994.

BERICAT, Eduardo. **La integración de los métodos quantitativo y cualitativo en la investigación social**. Significado y medida. Barcelona, Editorial Ariel, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 jun. 2010.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade científica. In: ENCONTRO DO NÚCLEO REGIONAL SUL DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA, VI., 2008, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: SAB, 2009.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo A. As possibilidades da Arqueologia Pública. **História e-história**, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=31>>. Acesso em maio de 2010.

D'OSVUALDO, Vera Lúcia Abrantes. **Patrimônio Cultural**: discussões. Práticas e reflexões (proposta de reimplantação de um projeto de Educação Patrimonial na Rede Municipal de Educação do município de Goiânia). 243 f. Goiânia. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural)- Instituto de Pré-História e Antropologia. Goiânia, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25.ed. São Paulo: Paz e terra, 1996. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pedagogia_da_Autonomia.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia e patrimônio**. Erechim: Habilis, 2007.

HAIGERT, Cynthia Gindri. Estado da arte sobre educação patrimonial. In: SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial**: relatos e experiências. Santa Maria: UFSM, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

_____. **O que é educação patrimonial**. 2003. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/pgm1.htm>>. Acesso em: 15 de junho 2009.

IPHAN. **Portaria n. 230, de 17 de dezembro de 2002**. Disponível em: <<http://www.cubaarqueologica.org/document/brasil4.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2009.

IPHAN. **Educação patrimonial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12639&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 05 de junho 2010.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 115 p., 16 cm. (Coleção primeiros passos; v. 51)

MACHADO, Alexander da Silva; HAIGERT, Cynthia Gindri; POSSEL, Vanessa Rodrigues. Cultura material, educação patrimonial e ensino de história: uma parceria possível. In: SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.

MILDER, Saul Eduardo Seiguer et al. **LEPA apresenta: educação patrimonial : perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.

NAVES, Simone. Ferreira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação: seus enfoques no desenvolvimento de coleções. In: **Semana de Artes,VII, Mostra do Museu Dinâmico Interdisciplinar,IV, Mostra Integrada de Ensino e Extensão, II E Simpósio da APADEC, V., 2004, Maringá: Arquivos da APADEC, 2004**. Disponível em: <www.pec.uem.br/dcu/VII.../NAVES,%20Simone%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2009.

PEDREIRA, Antonia Custódia. **O site arqueológico e histórico de Pontal: educação patrimonial e perspectivas de valorização do patrimônio cultural de Porto Nacional - TO**. 128 f. Goiânia. Dissertação (Mestrado em gestão do patrimônio Cultural)- Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2005.

PELEGRINI, Sandra C. A. ; FUNARI, Pedro Paulo A. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).

PIMENTEL, Karina Scussiato; BAUMEL, Héline S. Souza. **Preservação do patrimônio cultural**. 2. ed. Curitiba: IPHAN, 2007. 28 p.

POHL, Angelo Inácio. Patrimônio cultural e representações. In : MILDER, Saul Eduardo Seiguer et al. **LEPA apresenta: educação patrimonial : perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.

SCIENTIA CONSULTORIA CIENTÍFICA. **Relatório Parcial do Programa de Educação Patrimonial em Juruti – PA**. São Paulo, 2009.

SILVA, Kátia Cilene Camargo. **Educação patrimonial: um convite à leitura do patrimônio cultural do município de Anápolis-GO**. 111 f., 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural)- Instituto de Pré-História, Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2007.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.

_____. Educação Patrimonial: valorização da memória, construção da cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional. In: SOARES, André Luis Ramos (Org.). **Educação patrimonial: relatos e experiências**. Santa Maria: UFSM, 2003.

SOARES, Fernanda Codevilla. Experiências educativas. In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer et al. **LEPA apresenta: educação patrimonial : perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.

SPHAN. **Portaria n. 07 de 01 de dezembro de 1988**. Disponível em: <<http://www.cubaarqueologica.org/document/brasil3.pdf>>. Acesso em: 14 de junho de 2009.

VOLKMER, Márcia Solange. O lúdico e o patrimônio: uma proposta pedagógica. In: MILDER, Saul Eduardo Seiguer et al. **LEPA apresenta: educação patrimonial : perspectivas**. Santa Maria: UFSM, 2005.